

Diretor acusado de lesar

DF
Secretário de Saúde garante que irá "até o fim"

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, quinta-feira, 12 de setembro de 1985 15

FHDF está desaparecido

nas investigações e que não haverá impunidade

O ex-diretor, financeiro da Fundação Hospitalar no governo anterior, Benedito Raimundo, o Bené, está desaparecido desde a instalação de uma sindicância interna para apurar a constatação de que aplicou dinheiro do órgão no overnight. Levantamentos preliminares indicam que ele ganhou quase Cr\$ 3 bilhões, em oito meses, aplicando as verbas repassadas pelo Iapás para o pagamento das contas da Previdência, num total de Cr\$ 18,6 bilhões.

O outro acusado, Gilmar Sobral, antecessor de Raimundo e hoje assessor da vice-presidência de Administração do Banco do Brasil, ainda não foi procurado pela fundação para prestar esclarecimentos sobre o caso. Segundo o secretário de Saúde, Carlos Mosconi, ele será convocado depois que Bené for ouvido. Mosconi disse que todas as providências serão tomadas para que o caso seja esclarecido e os culpados punidos. Vamos com isso até o fim garantiu.

De acordo com o secretário, o lucro obtido com as aplicações ilegais seria suficiente para o pagamento das obras de ampliação do Hospital Regional de Planaltina, orçadas em Cr\$ 2,8 bilhões. Mosconi tem a mesma opinião do diretor-executivo da Fundação Hospitalar, Gustavo Ribeiro, para quem há mais pessoas envolvidas no escândalo, inclusive fora da fundação.

O secretário de Saúde revelou que outras irregularidades administrativas estão sendo apuradas na Fundação Hospitalar, através de sindicâncias. Ele não quis adiantar quais são, prometendo, entretanto, que elas virão ao público tão logo terminem as investigações.

Mosconi ressaltou ainda a disposição "absoluta" do governador José Aparecido de não aceitar, de maneira nenhuma, a existência de irregularidades em qualquer setor da administração do GDF. Reafirmou também que não haverá impunidade, neste ou em outros casos.

acusação é originária de má informação", defendeu-se. "O doutor Tito Figueirôa (ex-secretário de Saúde) sabe de minha idoneidade. Nunca dei prejuízo à fundação. Procurei sempre diminuir os gastos da FHDF. Tudo isso está registrado nos diversos processos existentes no departamento".

Calmos, apesar da gravidade das acusações, Sobral conclui: "Desafio quem deu esta informação a provar que houve acréscimo do meu patrimônio durante o tempo em que estive na fundação e até mesmo depois que saí dela. Desafio a provarem que recebi dinheiro em operações de overnight".

"Problema é do Iapás"

Em carta ao CORREIO, redigida antes de dar a entrevista, Gilmar Sobral explica que, "durante a minha gestão e a do dr. Jofran Frejat, era terminantemente proibido aplicar dinheiro da FHDF no overnight, o que só foi permitido quando já não éramos diretores do órgão".

Insiste em que "jamais passaram por contas minhas em bancos quaisquer recursos do Iapás, Inamps ou da FHDF".

"Declarei — acrescenta —, apenas, que não via impedimento legal a que o Iapás utilizasse o banco como seu mandatário, desde que (fiz a ressalva) fossem cumpridos os prazos contratuais para depósito dos recursos na conta da FHDF, no BRB". Eis a íntegra da carta:

"A propósito de matéria publicada no CORREIO BRAZILIENSE de hoje (ontem), sob o título "Trama financeira enriquece 2 diretores da FHDF", envolvendo o meu nome, cumpre-me esclarecer, em respeito aos leitores e aos que me conhecem, que nunca apliquei dinheiro em overnight, não recebi qualquer produto proveniente desse tipo de operação nem abri conta em nome da Fundação Hospitalar do Distrito Federal em nenhum banco particular.

"A transação que tive com o Banco Mercantil de Crédito foi uma operação de empréstimo pessoal, no valor de Cr\$ 8 milhões, respaldado em cadastro e avalista e liquidado no dia do vencimento, conforme documentação em meu poder.

"Jamais passaram por contas minhas em bancos quaisquer recursos do Iapás, Inamps ou da FHDF".

"Não fui chamado, em tempo algum, a depor em processo de

sindicância que dizem ter sido aberto pela Fundação Hospitalar.

"A propósito do assunto abordado na matéria do CORREIO o que me recordo, no momento, é que fui solicitado, no final de minha gestão no Departamento de Recursos Econômico-Financeiros da FHDF, a autorizar o Iapás a depositar no Banco Mercantil de Crédito os recursos referentes aos pagamentos de prestações de serviços do convênio Inamps-FHDF, ao que me neguei terminantemente. Declarei, apenas, que não via impedimento legal a que o Iapás utilizasse o banco como seu mandatário, desde que (fiz a ressalva) fossem cumpridos os prazos contratuais para depósito dos recursos na conta da FHDF, no banco Regional de Brasília.

"Se o Iapás depositou em tal ou qual banco, é problema dele. Se também antecipou tais depósitos para alguém aplicar no overnight, nada tenho com isso. Mesmo porque, durante a minha gestão e a do dr. Jofran Frejat, era terminantemente proibido aplicar dinheiro da FHDF no overnight, o que só foi permitido quando já não éramos diretores do órgão.

"A pontualidade nos pagamentos da FHDF, na minha gestão, pode ser atestada a qualquer momento pelos funcionários do departamento a que servi, pelos próprios fornecedores ou ainda pelos processos de liquidação.

"As minhas contas nos bancos dos quais sou cliente, bem como o meu patrimônio, estão abertas a qualquer investigação.

"Por fim, coloco-me à inteira disposição da FHDF, do Tribunal de Contas, da Justiça ou de quem deseja qualquer esclarecimento sobre o assunto".

Outro envolvido desmente

O ex-diretor do Departamento de Recursos Econômico-Financeiros da Fundação Hospitalar, Gilmar Sobral, o outro envolvido no caso, negou as acusações de que teria enriquecido ilicitamente, através da aplicação, em conta particular, de dinheiro público.

Gilmar, um plauense de 48 anos, residente em Brasília desde 1966, afirma que "só podia movimentar os recursos da fundação depois que eles estivessem na conta da FHDF no Banco Regional de Brasília". Segundo ele, o convênio que a fundação tinha com o Inamps determinava que os depósitos só fossem feitos em conta aberta pela fundação no BRB. "No meu período a FHDF não possuía conta no Banco Mercantil de Crédito", diz.

Gilmar Sobral foi diretor da entidade no período de maio de 1979 até dezembro de 1982. "Se é verdade que o Iapás depositava dinheiro no BMC, é preciso saber na conta de quem. Na minha não era e provo pelo extrato". Ele revela que procurou o banco ontem para conseguir a documenta-

ção capaz de provar suas afirmações, mas a greve frustrou sua pretensão.

Funcionário de carreira do Banco do Brasil há 23 anos, Gilmar Sobral foi para a Fundação Hospitalar cedido pelo banco. "Vivo apenas da minha renda de assalariado", diz. Colocando seu patrimônio à

disposição da reportagem, ele afirma possuir apenas um apartamento no bloco G da SQS 308, "comprado em 68, financiado e hipotecado pelo Banco do Brasil e pagando até hoje", é uma casa no bloco P da 707 sul, "sendo reformada há três anos por falta de recursos".

Ele diz que a conta pessoal que possui no Banco Mercantil de Crédito foi aberta em janeiro do ano passado (portanto após ter saído da FHDF) para levantar um financiamento de Cr\$ 6 milhões, utilizados na reforma da casa. Reformou o empréstimo algumas vezes, pagando-o (Cr\$ 8 milhões) em 27 de março deste ano.

Gilmar estranha que a Fundação tenha desenvolvido as investigações sem sequer consultá-lo. "Acho que a